



Estado do Rio Grande do Norte
Prefeitura Municipal de Riacho da Cruz

PREGÃO PRESENCIAL / REGISTRO DE PREÇOS Nº 037/2017 – PP

Processo Administrativo nº: 24070002/2017

Modalidade: Pregão Presencial/Registro de Preços

Edital nº: 037/2017 – PP

Tipo: Menor Preço Item

Objeto: Registro de Preços para possível contratação de empresa e/ou pessoa física para fornecimento de refeições prontas.

A Prefeitura Municipal de Riacho da Cruz/RN, Sala de Licitações, através de seu Pregoeiro e sua equipe de apoio, de acordo com a Lei nº 8.666 de 21 de Junho de 1993 e Lei nº 10.520 de 17 de Julho de 2002, torna público aos interessados que no dia **17 de agosto de 2017 às 09h00min tendo início credenciamento**, na sala de Licitações, situada a Avenida Camila de Léllis, 285 - Centro, nesta cidade, estará reunido o Pregoeiro e sua Equipe de Apoio para proceder à abertura dos envelopes contendo documentação e proposta orçamentária, para seleção de empresa visando o **Registro de Preços para possível contratação de empresa e/ou pessoa física para fornecimento de refeições prontas**, sendo a presente licitação do tipo "**Menor Preço por item**".

O presente Edital estará à disposição para consulta dos interessados na Avenida Camila de Léllis, 285 – Centro – Riacho da Cruz/RN, podendo ser obtido pessoalmente no endereço citado neste instrumento convocatório, ou solicitado por e-mail através do endereço: pmriachodacruz@gmail.com. Informações: www.riachodacruz.rn.gov.br.

PARTICIPAÇÃO EXCLUSIVA DE MICROEMPRESAS E EMPRESAS DE PEQUENO PORTE CONSIDERANDO VALOR DE ATÉ R\$ 80.000,00 POR ITEM CONFORME ART. 48, INCISO I DA LEI COMPLEMENTAR Nº 147/2014.

Serão observados os termos do § 3º do Artigo 48 da Lei Complementar 147/2014.

Os interessados que optarem deverão Protocolar os envelopes contendo a documentação e propostas até as 09h00min horas do dia 17 de agosto de 2017, ou entregues diretamente ao Pregoeiro no horário e local marcado. A Comissão Permanente de Licitação do município de Riacho da Cruz/RN, não se responsabiliza por envelopes enviados pelos correios.

1 - DA LEGISLAÇÃO APLICÁVEL

1.1 - O presente procedimento licitatório é disciplinado pela Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002 e no que couber pela Lei nº 8.666 de 21 de junho de 1993 e suas alterações e, Decreto Municipal 268 de 04 de janeiro de 2010 e Decreto Municipal 269 de 04 de janeiro de 2010 e pelas condições estabelecidas no presente Edital abaixo fixadas.

2 - OBJETO DA LICITAÇÃO

2.1 - A presente licitação tem por objeto **Registro de Preços para possível contratação de empresa e/ou pessoa física para fornecimento de refeições prontas**, conforme especificações e quantidades estimadas descritas no Anexo I.

3 - DO CREDENCIAMENTO



Estado do Rio Grande do Norte
Prefeitura Municipal de Riacho da Cruz

3.1 - A empresa proponente interessada em se fazer representar e apresentar lances na sessão de realização do Pregão/Registro, deverá credenciar pessoa que venha a responder pela empresa, por meio de carta de credenciamento a ser entregue ao Pregoeiro no dia de realização do Pregão/Registro de Preços, juntamente com o Contrato Social da empresa, sendo que o representante que não se credenciar perante o Pregoeiro ficará impedido de participar da fase de lances verbais, de negociação de preços, de declarar a intenção de interpor recurso, de renunciar ao direito de interposição de recursos, enfim, de representar a proponente durante a sessão pública deste Pregão/Registro de Preços. Conforme MODELO DE CREDENCIAMENTO ESPECÍFICO - ANEXO III.

3.1.1 - O representante munido de carta de credenciamento deverá identificar-se através de RG ou CPF ou outro documento equivalente. Na hipótese de não haver representante, a proponente ficará excluído da etapa de lances verbais e será mantido o preço apresentado na proposta escrita, para efeito de ordenação das propostas e apuração do menor preço, inclusive, ficando impedida de declarar a intenção de interpor recurso.

3.2 - Será admitido credenciamento por meio de instrumento público de procuração ou instrumento particular, **com firma reconhecida**, com os necessários poderes para a prática de todos os demais atos inerentes ao certame, em nome do outorgante.

3.1.2 - O sócio fica dispensado da apresentação de carta de credenciamento, devendo apresentar original ou cópia autenticada do contrato social, identificando-se com RG ou CPF ou outro documento equivalente ou, terá os mesmos impedimentos acima citados.

3.3 - No caso de **microempresa ou empresa de pequeno porte** que optar pela fruição dos benefícios da Lei Complementar Federal nº 123/06, alterada pela Lei Complementar 147/2017, deverá apresentar Declaração de Microempresa e Empresa de Pequeno Porte, no momento do credenciamento, sob pena de preclusão de seus direitos, CONFORME MODELO DE DECLARAÇÃO ANEXO VI.

3.4 - Ciente das **Microempresas e Empresas de Pequeno Porte** presentes à licitação, o pregoeiro perguntará ao final de cada item licitado, se as mesmas desejam utilizar de suas prerrogativas legais.

4 - DA PROPOSTA DE PREÇOS

4.1 - A Proposta de Preços e os documentos que a instruírem deverão ser apresentados no local, dia e hora determinados, em envelope devidamente lacrado e rubricado no fecho, e conter em sua parte externa, os dizeres:

ENVELOPE I - PROPOSTA DE PREÇOS
PREFEITURA MUNICIPAL DE RIACHO DA CRUZ – RN
PREGÃO PRESENCIAL 037/2017 – PP

4.2 - A proposta de preços deverá conter a data e a identificação e assinatura do seu subscritor (**proprietário ou responsável legal**), redigida em português, de forma clara, sem emendas, rasuras ou entrelinhas nos campos que envolverem valores, quantidades e prazos, salvo se, inequivocamente, tais falhas não acarretarem lesões ao direito dos demais licitantes, prejuízo à Administração ou não impedirem a exata compreensão de seu conteúdo, e deverá ser elaborada de acordo com o **Anexo II** (Modelo de proposta de preços), contendo:

4.2.1 - A razão social, CNPJ, endereço, telefone, e-mail, este último se houver, para contato;

4.2.2 - A descrição dos bens a ser ofertados, e o devido **preço unitário, seguido do preço total**, ofertado com **duas casas decimais após a vírgula**, em moeda corrente nacional (R\$);

4.2.2.1 - Somente os lances verbais poderão ser ofertados em até **duas casas decimais**.



**Estado do Rio Grande do Norte
Prefeitura Municipal de Riacho da Cruz**

4.2.3 - A ciência da forma de pagamento de acordo com o contido neste edital, contados da data de realização;

4.2.4 - O prazo de validade da proposta não inferior a 60 dias, que será contando a partir da data da entrega da proposta. Na contagem do prazo excluir-se-á o dia de início e incluir-se-á o dia do vencimento;

4.3 - No preço deverá estar incluso todas as despesas necessárias ao fornecimento total do objeto deste Pregão/Registro de Preços, não cabendo ao Município quaisquer ônus adicionais, ou seja, despesas com carga, descarga, frete e outras que condiz com o fornecimento dos produtos.

4.4 - Constar oferta firme e precisa, sem alternativas de preços ou qualquer outra condição que induza o julgamento a ter mais de um resultado.

4.4.1 - Será desclassificada a proposta que não atender às exigências do presente Edital e seus anexos, que seja omissa ou apresente irregularidades, ou defeitos capazes de dificultar o julgamento.

4.5 - Após apresentação da proposta, não caberá desistência, salvo por motivo justo decorrente de fato superveniente e aceito pelo Pregoeiro.

5 - DO RECEBIMENTO E ABERTURA DOS ENVELOPES

5.1 - A reunião para recebimento e para abertura dos envelopes contendo a Proposta de Preços de interesse do licitante e os documentos que a instruírem, será pública, dirigida por um Pregoeiro e realizada de acordo com as disposições contidas na legislação mencionada no preâmbulo deste Edital, em conformidade com as condições nele estabelecidas, bem como em seus Anexos, no local e horário já determinados.

5.2 - No local e hora marcados, antes do início da sessão, os interessados deverão comprovar, por meio de instrumento próprio, poderes para formulação de ofertas e lances verbais, conforme item 3 deste Edital.

5.3 - Declarada a abertura da sessão pelo Pregoeiro, não mais serão admitidos novos proponentes, dando-se início ao recebimento dos envelopes.

5.4 - Serão abertos os envelopes contendo as PROPOSTAS DE PREÇOS, sendo feita a sua conferência e posterior rubrica.

6 - DO JULGAMENTO DAS PROPOSTAS

6.1 - O Pregoeiro procederá à abertura dos envelopes contendo as propostas de preços e classificará o(s) autor(es) da(s) proposta(s) e aqueles que tenham apresentado propostas em valores sucessivos e superiores em até 10% (dez por cento), relativamente à de menor Preço.

6.2 - Quando não forem verificadas, no mínimo, três propostas escritas de preços nas condições definidas no subitem anterior, o Pregoeiro convocará todos os autores para que participe dos lances verbais, qualquer que sejam os preços ofertados nas propostas escritas.

6.2.1 - Caso seja verificado, o mínimo de 3 (três) propostas escritas com preços até 10% (dez por cento) superior àquela de menor preço, todas as demais com percentuais acima dos 10% (dez por cento) serão desclassificadas.

6.2.2 - No caso de desclassificação de todas as propostas apresentadas, o Pregoeiro convocará todos para, no prazo de 3 (três) dias, apresentarem novas propostas, conforme previsto no art. 48, § 3º da Lei 8.666/93.



Estado do Rio Grande do Norte
Prefeitura Municipal de Riacho da Cruz

6.2.3 - Em seguida, será dado início à etapa de apresentação de lances verbais pelos proponentes, onde o Pregoeiro convidará, individualmente, os proponentes classificados, de forma sequencial, a apresentar lances, a partir do autor da proposta classificada de maior preço e os demais em ordem decrescente de valor a serem formulados de forma sucessiva. Caso haja empate o Pregoeiro realizará sorteio para determinar a ordem de lances.

6.2.4 - Caso não se realizem lances verbais, será verificada a conformidade entre a proposta escrita de menor preço e o valor estimado para a contratação.

6.3 - Não poderá haver desistência dos lances ofertados, sujeitando-se o proponente à penalidade constante do subitem 17.6 deste Edital.

6.4 - Verificando-se, no curso da análise, o descumprimento de requisitos estabelecidos neste Edital e seus Anexos a mesma será desclassificada.

4

6.5 - Após esse ato, será encerrada a etapa competitiva de preços propostos documentalmente e ordenadas às ofertas para fornecimento do objeto definido neste Edital, exclusivamente pelo critério de MENOR PREÇO POR ITEM.

6.6 - O Pregoeiro examinará a aceitabilidade, quanto ao objeto e valor da primeira classificada, decidindo motivadamente a respeito.

6.7 - Sendo aceitável a menor oferta de preço pelo item, será verificado o atendimento das condições habilitatórias pelo licitante que a tiver formulado.

6.8 - Constatado o atendimento pleno às exigências editalícias, o proponente será declarado vencedor, sendo-lhe adjudicado o objeto.

6.9 - Se a oferta não for aceitável ou se o proponente não atender às exigências editalícias, o Pregoeiro examinará as ofertas subsequentes, na ordem de classificação, e reabrirá a disputa durante o período de até trinta minutos, até que seja apurada uma proposta que atenda aos interesses do município, sendo o respectivo proponente declarado vencedor e a ele adjudicado o objeto.

6.10 - Da reunião lavrar-se-á ata circunstanciada, na qual serão registradas as ocorrências relevantes e que, ao final, será assinada pelo Pregoeiro, Equipe de Apoio e os licitantes presentes.

6.11 - Em caso de divergência entre informações contidas em documentação impressa e na proposta específica, prevalecerão as da proposta.

6.12 - Não se considerará qualquer vantagem não prevista neste Edital e seus Anexos.

6.13 - No caso de empate entre duas ou mais propostas, a classificação se fará, obrigatoriamente, por sorteio, em ato público para o qual todos os licitantes habilitados serão convocados, nos termos do § 2º do art. 45 da lei 8.666/93.

6.14 - Em relação aos critérios de desempate, considerando as prerrogativas legais pelas **microempresas ou empresas de pequeno porte**, se o caso, deverá ser observado o regulamento estabelecido nos itens seguintes deste edital:

6.14.1 - Havendo lances, de **microempresas ou empresas de pequeno porte**, com valores iguais ou inferiores a 5% (cinco por cento) da licitante originalmente melhor classificada no certame, será facultado à microempresa ou



Estado do Rio Grande do Norte
Prefeitura Municipal de Riacho da Cruz

empresa de pequeno porte o direito de alterar seu lance final, apresentado preço inferior àquela considerada vencedora do certame, nos termos do artigo 45, da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006;

6.14.2 - Não sendo exercido o direito de preferência nos termos do subitem anterior, no prazo de 05 (cinco) minutos a contar do final dos lances ofertados, ou a não apresentação de proposta inferior pela **microempresa ou empresa de pequeno porte**, acarretará na preclusão e a contratação da proposta originalmente mais bem classificada, ou revogação do certame.

6.14.3 - O instituto da preferência da contratação no exame das propostas previsto no presente edital, somente se aplicará na hipótese da proposta inicial não ter sido apresentada por **microempresa ou empresa de pequeno porte**.

7 - DAS CONDIÇÕES PARA PARTICIPAÇÃO

7.1 - Poderão participar deste Pregão/Registro de Preços os interessados que atenderem a todas as exigências, inclusive quanto à documentação, constantes deste Edital e seus Anexos.

7.2 - Não poderão participar deste Pregão/Registro de Preços:

7.2.1 - Os interessados que se encontrarem sob falência, concordata, concurso de credores, dissolução, liquidação ou em regime de consórcio, qualquer que seja sua forma de constituição.

7.2.2 - Empresas estrangeiras que não funcionem no País.

7.2.3 - Aqueles que tenham sido declarados inidôneos para licitar ou contratar com a Administração Pública ou punidos com suspensão do direito de licitar e contratar com a Prefeitura Municipal de Riacho da Cruz/RN.

7.3 - Estarão impedidas de participar desta licitação as empresas:

7.3.1 - Que apresentem mais de uma proposta para cada item específico.

7.3.2 - Cujo dirigente, gerente, sócio ou responsável técnico seja servidor público

7.4 - Toda e qualquer documentação emitida pela empresa deverá ser datada e assinada por seu(s) representante(s) legal(is), devidamente qualificado(s) e comprovado(s).

7.5 - Os documentos necessários à habilitação poderão ser apresentados em original, por qualquer processo de cópia autenticada por meio de cartório competente, ou publicação em órgão da imprensa oficial ou por cópias, desde que acompanhadas dos originais para conferência pelo Pregoeiro e/ou Equipe de Apoio.

8 - DA HABILITAÇÃO

8.1 - O envelope nº II "**DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO**" deverá ser protocolado no local, dia e hora determinados, devidamente lacrados e rubricados no fecho, e conter em sua parte externa, os dizeres:

ENVELOPE I – DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO
PREFEITURA MUNICIPAL DE RIACHO DA CRUZ – RN
PREGÃO PRESENCIAL 037/2017 – PP

8.1.1 - O Envelope nº II "**DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO**", deverá conter os seguintes documentos:



**Estado do Rio Grande do Norte
Prefeitura Municipal de Riacho da Cruz**

Habilitação Jurídica, Fiscal, Qualificação Econômico-Financeira e Declarações:

- a) Declaração do proponente, afirmando a veracidade dos documentos apresentados; a sujeição aos termos deste Pregão/Registro de Preços e o cumprimento do disposto no inc. XXXIII do art. 7º da Constituição Federal, podendo utilizar-se do modelo contido no anexo V;
- b) Contrato social em vigor (Consolidado), devidamente registrado, em se tratando de sociedades comerciais; exigindo-se, no caso de sociedade por ações, documentos de eleição de seus administradores; quando se tratar de empresa pública será apresentada cópia das leis que a instituiu;

Nota: Os documentos em apreço deverão estar acompanhados da última alteração ou da consolidação respectiva, em caso de apresentação dos documentos supracitados no ato do credenciamento serão dispensados na habilitação jurídica.

6

- c) Prova de regularidade para com a Fazenda Federal, mediante a apresentação de Certidão Conjunta Negativa de Débitos Relativos a Tributos Federais e à Dívida Ativa da União, expedida pela Secretaria da Receita Federal;
- d) Prova de regularidade com a Fazenda Estadual, mediante a apresentação de Certidão de Regularidade Fiscal, expedida pela Secretaria de Estado da Fazenda, do domicílio ou sede da proponente, ou outra equivalente, na forma da Lei;
- e) Prova de regularidade para com a Fazenda Municipal, mediante a apresentação de Certidão Negativa de Débitos em Geral, do domicílio ou sede do proponente, ou outra equivalente, na forma da lei;
- f) Prova de regularidade relativa a Seguridade Social, mediante a apresentação de Certidão Negativa de Débitos com INSS, ou outra equivalente, na forma da lei, demonstrando situação regular no cumprimento dos encargos sociais instituídos por lei;
- g) Prova de regularidade com o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço, mediante a apresentação de Certificado de Regularidade Fiscal com FGTS, ou outro equivalente, na forma da lei, demonstrando situação regular no cumprimento dos encargos sociais instituídos por lei;
- h) Comprovante de Inscrição do CNPJ;
- i) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT);
- j) Atestado de Capacidade Técnica emitido por Pessoa Jurídica de Direto Público acompanhado de Notas Fiscais com objeto equivalente licitado neste certame. (Item dispensável para empresas que já tenham firmado contrato de fornecimento com a Prefeitura Municipal de Riacho da Cruz, mediante a apresentação de declaração emitida pela Comissão Permanente de Licitação – CPL).
- n) Certidão Negativa de Falência e Concordata.

Habilitação Pessoa Física:

- a) Cópia CPF e Carteira de Identidade;
- b) Comprovante de Residência;
- c) Declaração formal contendo fotos e localização do estabelecimento;
- d) Comprovante de Regularidade do CPF.

8.2 - Os documentos necessários à habilitação do proponente poderão ser apresentados em original, por qualquer processo de cópia autenticada por cartório competente ou por servidor da Administração ou publicação em órgão de imprensa oficial. Será aceita somente cópia legível, não sendo aceito documento cuja data esteja rasurada, facultado ao Pregoeiro, a qualquer tempo, se assim entender necessário, em caso de cópia autenticada ou publicação em órgão oficial, exigir o respectivo original para conferência.



Estado do Rio Grande do Norte
Prefeitura Municipal de Riacho da Cruz

8.3 - Os documentos emitidos em língua estrangeira deverão ser entregues acompanhados da tradução para língua portuguesa efetuada por Tradutor Juramentado e também devidamente consularizados ou registrados no Cartório de Títulos e Documentos.

8.4 - Sob pena de inabilitação, todos os documentos solicitados para habilitação deverão estar em nome do proponente e, preferencialmente, com número do CNPJ ou outro equivalente, além do endereço respectivo, sendo dispensados dessa preferencial aqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos com a ausência destas informações, devido à forma ou padronização do órgão emissor.

8.5 - Não serão aceitos protocolos de entrega ou protocolos de solicitação de documento em substituição aos documentos requeridos no presente Edital e, em nenhum caso será concedido prazo para apresentação de documentos de habilitação que não tiverem sido protocolizados no envelope respectivo, salvo exigência do Pregoeiro na sessão própria, bem como não será permitida documentação incompleta ou quaisquer outras formas de comprovação que não sejam as exigidas neste Edital.

8.6 - Documentos apresentados com a validade expirada, acarretarão a inabilitação da proponente. Os documentos que não possuírem prazo de validade, **somente serão aceitos com data não excedente a 03 (três) meses de antecedência da data prevista para apresentação das propostas**, exceto atestado(s).

8.7 - DISPOSIÇÕES GERAIS DA HABILITAÇÃO

8.7.1 - Não serão aceitos protocolos de entrega ou solicitação de documento em substituição aos documentos requeridos no presente Edital e seus Anexos.

8.7.2 - Se a documentação de habilitação não estiver completa e correta ou contrariar qualquer dispositivo deste Edital e seus Anexos o Pregoeiro considerará o proponente INABILITADO.

8.7.3 - Havendo restrição quanto à regularidade fiscal no caso de **microempresa ou empresa de pequeno porte**, fica concedido um prazo de 02 (dois) dias para a sua regularização, prorrogável por igual período mediante justificativa tempestiva e aceita pela Comissão Permanente de Licitação, nos termos do § 1º, art. 43, do mesmo dispositivo legal.

8.7.4 - A não regularização fiscal no prazo estabelecido no subitem anterior implicará decadência do direito à contratação, sendo facultada à Administração convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para assinatura do contrato, ou revogar a licitação nos termos do art. 43, § 2º, da Lei Complementar nº. 123, de 14 de dezembro de 2006.

8.7.5 - O envelope de documentação que não for aberto, será entregue ao final da sessão para o representa e, na ausência desta, ficará em poder do Pregoeiro pelo prazo de 30 (trinta) dias, a contar da homologação da licitação, devendo a licitante retirá-lo, após aquele período, no prazo de 5 (cinco) dias, sob pena de inutilização do envelope.

9 - DA IMPUGNAÇÃO DO ATO CONVOCATÓRIO

9.1 - Até 02 (dois) dias úteis antes da data fixada para recebimento das propostas, qualquer pessoa poderá peticionar por escrito contra o ato convocatório.

9.1.1 - A petição de impugnação e/ou pedido de esclarecimento deverá ser dirigida ao Pregoeiro e protocolada no Setor Competente, no horário de atendimento das 07h00min às 13h00min, não sendo pedidos de impugnação enviados por meio eletrônico ou fax.

10 - DOS RECURSOS



Estado do Rio Grande do Norte
Prefeitura Municipal de Riacho da Cruz

10.1 - Todos os recursos serão interpostos no final da sessão, com registro em ata, da síntese das suas razões e contrarrazões, podendo os interessados juntar memoriais no prazo de 03 (três) dias úteis.

10.2 - Em casos especiais, quando complexas as questões debatidas, o Pregoeiro concederá, àqueles que manifestarem a interesse de recorrer, prazo de 03 (três) dias úteis para apresentação das correspondentes razões, ficando os demais, desde logo, intimados para apresentar contrarrazões em igual número de dias, que começarão a correr do término do prazo do recorrente, sendo-lhes assegurada vista imediata dos autos.

10.3 - O recurso contra a decisão do Pregoeiro não terá efeito suspensivo.

10.4 - O acolhimento do recurso importará a invalidação apenas dos atos insuscetíveis de aproveitamento.

10.5 - Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados, na sede da Prefeitura Municipal de Riacho da Cruz/RN, sob a responsabilidade do Pregoeiro e Equipe de Apoio.

10.6 - Os recursos deverão ser protocolados na Comissão Permanente de Licitação – CPL, no horário de atendimento das 07h00min as 13h00min na sede da Prefeitura Municipal de Riacho da Cruz – RN.

11 - DO PAGAMENTO

11.1 - O pagamento será em até 30 (trinta) dias após a entrega dos itens licitados, na Tesouraria da Prefeitura Municipal de Riacho da Cruz mediante depósito bancário em nome da proponente, sempre após a emissão da Nota de liquidação de Despesa, mediante a apresentação de Nota Fiscal.

11.2 - Caso a Nota Fiscal/Fatura seja devolvida pela Prefeitura, por estar inexata, será contado novo prazo para o pagamento a partir da data de sua reapresentação, na forma prevista no subitem 1.1 deste Edital.

11.3 - Fica expressamente vedada qualquer pretensão de pagamento antecipado.

12 - DA ENTREGA DO OBJETO LICITADO E LIQUIDAÇÃO

12.1 - Os itens deverão ser entregues no Almoxarifado da Prefeitura Municipal. A entrega deverá ser realizada em até 10 (dez) dias após a emissão da Ordem de Compra, emitido pelo Setor de Licitação e os demais produtos mediante pedido/autorização da Prefeitura Municipal.

12.2 - Na hipótese de ocorrer fornecimento em desacordo com os requisitos estabelecidos, a contratada se obriga a reparar a falha e se houver necessidade substituir os produtos/serviços em prazo máximo de 48 (quarenta e oito) horas, sem quaisquer ônus para a Prefeitura.

12.3 - Objeto licitado deverá ser entregue no horário e local especificados na Ordem de Fornecimento, aos cuidados da Comissão de Fiscalização e Gestão de contratos designados pela Portaria n.º 022/2017, comissão esta, que será responsável pelo recebimento do objeto.

12.4 - O recebimento do objeto deste pregão, dar-se-á em conformidade com os artigos 73 e 76 da Lei nº 8.666/93, modificada pela Lei nº 8883/94, se dará da seguinte forma:

12.5 - A Comissão responsável pelo atesto da pertinente despesa, conferirá a documentação legalmente exigível para efeito do adimplemento da obrigação, verificando, junto aos respectivos órgãos expedidores, as autenticidades das certidões de regularidade apresentadas, bem como se o objeto atendem às especificações e condições deste edital, assim como estabelece o art. 63 da Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964, de modo que, em não sendo detectada pendência, será emitido o atesto.



**Estado do Rio Grande do Norte
Prefeitura Municipal de Riacho da Cruz**

12.6- As certidões de que tratam o item anterior se resumem as mesmas descritas nos itens 8.1.5.2 a 8.1.5.6.

12.7 - Após o cumprimento de todas as providências que trata os itens 12.1 a 12.3, a documentação deverá ser imediatamente remetida ao setor competente para fins de pagamento. Depois de recebida a documentação, o setor de gestão orçamentário-financeira procederá à realização do registro contábil da liquidação da despesa em até 3 (três) dias úteis.

13 - DA CONTRATAÇÃO

13.1 – Por se tratar de registro de preços, as quantidades licitadas representam apenas estimativas de consumo.

13.2 - A existência de preços registrados não obriga o Município firmar aquisição do produto.

13.3 - O prazo para manter registrados os preços dos materiais é de 01 (um) ano, contados a partir da data de assinatura da Ata de Registro de Preços.

13.4 - A(s) proponente(s) adjudicatária(s) deverá(ão) comparecer para assinatura do contrato no prazo de 05 (cinco) dias úteis, contados a partir da data(s) da convocação(ões) expedida(s) pela Comissão Permanente de Licitação – CPL, sito à Avenida Camila de Lélis, 285 – Centro – Riacho da Cruz/RN.

13.5 - A recusa injustificada de assinar o Contrato ou aceitar/retirar o instrumento equivalente dela decorrente, observado o prazo estabelecido, caracteriza o descumprimento total da obrigação assumida por parte da(s) proponente(s) adjudicatária(s), sujeitando-a(s) às sanções previstas em Lei.

13.6 - Durante o prazo de validade do Registro de Preços, a proponente vencedora fica obrigada a fornecer quaisquer dos itens constantes do formulário “Proposta de Preços”, os quais lhe foram adjudicados, nas quantidades indicadas pela Prefeitura Municipal em cada Nota de Empenho e/ou Contrato.

14 - DA ATUALIZAÇÃO E CONTROLE DOS PREÇOS

14.1 - Os preços registrados serão controlados pela Prefeitura.

14.2 - Os preços registrados que estiverem sujeitos ao controle oficial, poderão ser atualizados nos termos e prazos fixados pelo órgão controlador.

14.2.1 - Para tanto, a empresa interessada deverá apresentar sua solicitação por escrito à Prefeitura Municipal de Riacho da Cruz para atualização dos preços com os devidos comprovantes, para posterior análise e negociação por parte da Prefeitura.

14.2.2 - As licitantes vencedoras não poderão suspender a execução do objeto, durante o período de análise do pedido, devendo praticar os preços até então registrados, sob pena de serem aplicadas as sanções previstas em Lei e no Edital e/ou o cancelamento do preço.

15 - DO CANCELAMENTO DO REGISTRO DE PREÇOS DO FORNECEDOR

15.1 - O fornecedor terá o seu registro de preços CANCELADO, por intermédio de processo administrativo específico, assegurado o contraditório e a ampla defesa:

a) Pela Administração, quando:



Estado do Rio Grande do Norte
Prefeitura Municipal de Riacho da Cruz

I – Não aceitar reduzir o preço registrado, na hipótese de este se tornar superior àqueles praticados no mercado;
II – Por razões de interesse público, devidamente motivadas e justificadas;
III – Não cumprir as obrigações decorrentes da Ata de Registro de Preços;
IV – Não comparecer ou se recusar a retirar, no prazo estabelecido, as Ordens de Compras decorrentes da Ata de Registro de Preços.

b) Pelo fornecedor, quando:

I – Comprovar a impossibilidade de cumprir as exigências da Ata, por ocorrência de caso fortuito ou de força maior;
II – O seu preço registrado se tornar, comprovadamente, inexequível em função da elevação dos preços de mercado dos insumos que compõem o custo dos materiais;

15.2 - Em qualquer das hipóteses acima, concluído o processo, o Município de Riacho da Cruz/RN, informará aos fornecedores a nova ordem de registro.

16 - DAS PENALIDADES

a) Advertência, por escrito;
b) Multa de 2% (dois por cento) ao mês sobre o valor global da proposta.
c) Multa de 10% (dez por cento) sobre o valor global da proposta, se por sua culpa for rescindido o mesmo, sem prejuízo das perdas e danos decorrentes.
d) Suspensão temporária do direito de participar em licitações e impedimento de contratar com a Administração, por prazo não superior a 2 (dois) anos.
e) Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Prefeitura Municipal de Riacho da Cruz – RN.

16.1– O valor referente às multas será descontado no pagamento subsequente a que dizer jus a CONTRATADA.

16.2 – As multas acima mencionadas são independentes, podendo ser aplicadas isolada ou cumulativamente.

17 - DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

17.1 - As despesas para o presente processo licitatório correrão por conta das Dotações Orçamentárias devidamente previstas em Lei, alocadas na Lei Orçamentária Anual de Riacho da Cruz – RN.

18 - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

18.1 - É facultada ao Pregoeiro ou à autoridade superior, em qualquer fase da licitação, a promoção de diligência destinada a esclarecer ou complementar a instrução do processo, vedada a inclusão posterior de documento ou informação que deveria constar no ato da sessão pública.

18.2 - Fica assegurado à Prefeitura Municipal de Riacho da Cruz o direito de no interesse da Administração, anular ou revogar, a qualquer tempo, no todo ou em parte, a presente licitação, dando ciência aos participantes, na forma da legislação vigente.

18.3 - Os proponentes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Prefeitura Municipal não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou resultado do processo licitatório.

18.4 - Os proponentes são responsáveis pela fidelidade e legitimidade das informações e dos documentos apresentados em qualquer fase da licitação.



Estado do Rio Grande do Norte
Prefeitura Municipal de Riacho da Cruz

18.5 - Após apresentação da proposta, não caberá desistência, salvo por motivo justo decorrente de fato superveniente e aceito pelo Pregoeiro.

18.6 - O licitante que ensejar o retardamento da execução do certame, não mantiver a proposta, comportar-se de modo inidôneo, fizer declaração falsa ou cometer fraude fiscal, garantido o direito prévio da citação e da ampla defesa, ficará impedido de licitar e contratar com a Administração, pelo prazo de até cinco anos, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

18.7 - Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer motivo superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário e local anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação do Pregoeiro em contrário.

18.8 - O foro designado para julgamento de quaisquer questões judiciais resultantes deste Edital será o local da realização do certame, considerado aquele a que está vinculado o Pregoeiro, ou seja, o foro da Comarca de Portalegre – RN.

18.9 - Fazem parte integrante do presente Edital:

Anexo I - Termo de Referência;

Anexo II - Modelo de Proposta de Preços;

Anexo III - Modelo de Credenciamento Específico;

Anexo IV - Modelo de Declaração do proponente, afirmando a veracidade dos documentos apresentados; a sujeição aos termos deste Pregão/Registro de Preços e o cumprimento do disposto no inc. XXXIII do art. 7º da Constituição Federal de que não Emprega Menor;

Anexo V – Modelo de Declaração que não emprega menor;

Anexo VI - Modelo de Declaração de Enquadramento de ME e EPP

Anexo VII - Minuta do Futuro Contrato.

Anexo VIII – Ata de Registro de Preços.

18.10 - Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Prefeitura Municipal de Riacho da Cruz.

18.11 - Qualquer pedido de esclarecimento em relação a eventuais dúvidas na interpretação do presente Edital e seus Anexos, deverá ser encaminhado por escrito, ao Pregoeiro, no endereço mencionado do preâmbulo do presente edital.

18.12 - A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.

18.13 - Aos casos omissos aplicar-se-á as demais disposições constantes da legislação vigente.

Riacho da Cruz/RN, 03 de agosto de 2017.

FÁBIO MAXCIMILIANO DIÓGENES DE SOUSA

Pregoeiro



Estado do Rio Grande do Norte
Prefeitura Municipal de Riacho da Cruz

ANEXO I - TERMO DE REFERÊNCIA

PREGÃO PRESENCIAL / REGISTRO DE PREÇOS Nº 037/2017 – PP

Processo Administrativo nº: 24070001/2017

Modalidade: Pregão Presencial/Registro de Preços

Tipo: Menor Preço Item

Objeto: Registro de Preços para possível contratação de empresa e/ou pessoa física para fornecimento de refeições prontas.

1. FINALIDADE:

1.1. A finalidade deste ANEXO é preconizar as condições, independentemente de outras exigências integrantes deste EDITAL, para ensejar **Registro de Preços para possível contratação de empresa e/ou pessoa física para fornecimento de refeições prontas.**

1.2. Justifica-se a realização deste certame, a necessidade de fornecimento de alimentação diretamente no local de trabalho, para os servidores empregados nas diversas áreas operacionais que eventualmente não podem deslocar-se para suas residências durante o horário de almoço. Considerando a variedade de eventos que a prefeitura promove em cumprimento ao calendário de festividades do Município.

2. LOCAL E CONDIÇÕES GERAIS PARA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS:

ITEM	DESCRIÇÃO	UNIDADE	QUANTIDADE
01	REFEIÇÃO PRONTA FORNECIMENTO NA SEDE DO RESTAURANTE	UND	800
<i>Especificação : A composição das refeições deverá ser variada, contendo o mínimo de 700g (setecentos grammas), composta de arroz, feijão, farofa, carne branca ou carne vermelha, de primeira qualidade, massas, saladas diversificadas, legumes, 300ml (trezentos) de suco de frutas ou refrigerante.</i>			
02	FORNECIMENTO DE REFEIÇÃO PRONTA TIPO MARMITEX	UND	400
<i>Especificação : A composição das refeições deverá ser variada, contendo o mínimo de 700g (setecentos grammas), composta de arroz, feijão, farofa, carne branca ou carne vermelha, de primeira qualidade, massas, saladas diversificadas, legumes, 300ml (trezentos) de suco de frutas ou refrigerante. As refeições devem ser servidas utilizando as embalagens em alumínio descartáveis, com tampa, acompanhado de talheres descartável (garfo e faca).</i>			
03	FORNECIMENTO DE CAFÉ DA MANHÃ NA SEDE DO RESTAURANTE	UND	200
<i>Especificação : Pão francês com ovos, requeijão e queijo, leite com café, tapioca recheada (recheios) diversos e cuscuz.</i>			
04	FORNECIMENTO DE CAFÉ DA MANHÃ TIPO MARMITEX	UND	200
<i>Especificação : Pão francês com ovos, requeijão e queijo, leite com café, tapioca recheada (recheios) diversos e cuscuz.</i>			

2.1. O objeto deste PREGÃO será executado no próprio estabelecimento da empresa vencedora, correndo por conta da empresa licitante adjudicatária todas as despesas pertinentes, envolvendo, além de outras, àquelas relativas aos encargos trabalhistas e previdenciários, seguros, transporte e tributos, em plena conformidade com o objeto do pregão – descrição, a seguir formalizado.



Estado do Rio Grande do Norte
Prefeitura Municipal de Riacho da Cruz

2.2. Para melhor formulação das propostas de preços a critério do licitante a Prefeitura Municipal de Riacho da Cruz disponibilizará aos interessados modelos dos impressos e demais serviços a serem confeccionados.

2.3. A não solicitação dos modelos do que tratam o item anterior implicará na aceitação dos modelos enviados pela Administração Municipal de Riacho da Cruz – RN.

2.3. No dia do certame não serão emitidos documentos solicitados para quaisquer requisitos constantes neste Edital ou apresentados modelos de impressos.

3. OBJETO DO PREGÃO – DESCRIÇÃO:

3.1. Discriminação do Objeto do Pregão:

3.2. A empresa que registrar seus preços no presente certame licitatório, fica obrigada a atender todas as solicitações de contratação de serviços da Prefeitura Municipal de Riacho da Cruz, que lhes forem solicitadas formalmente no prazo máximo de 10 (dez) dias, independente da quantidade solicitada.

4. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

4.1. Prestar as informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitados pelo órgão licitante, atendendo as reclamações, durante todo o período de execução do contrato.

4.2. A contratada deverá registrar a solicitação de fornecimento no prazo mínimo 03 (três) horas, a contar do pedido realizado pelo Setor Responsável ou por servidor delegado para esta finalidade, que poderá ser feito por telefone, e-mail ou documento físico. O fornecimento poderá ser solicitado em dias úteis, finais de semana ou feriados.

OBSERVAÇÃO: A Prefeitura Municipal de Riacho da Cruz não está obrigada a adquirir qualquer quantidade dos exames licitados, ficando a seu exclusivo critério definir a quantidade e o momento da aquisição daqueles, de acordo com regras descritas no edital.

Riacho da Cruz/RN, 03 de agosto de 2017.

FÁBIO MAXCIMILIANO DIÓGENES DE SOUSA
Pregoeiro



Estado do Rio Grande do Norte
Prefeitura Municipal de Riacho da Cruz

ANEXO II - PROPOSTA DE PREÇOS

PREGÃO PRESENCIAL / REGISTRO DE PREÇOS Nº 037/2017 – PP

Processo Administrativo nº: 24070002/2017

Modalidade: Pregão Presencial/Registro de Preços

Tipo: Menor Preço Item

Objeto: Registro de Preços para possível contratação de empresa e/ou pessoa física para fornecimento de refeições prontas.

14

Item	Código	Unid. Medida Material/Serviço	Qtd	Valor unit. cotado
VALOR TOTAL EM R\$				

Acrescentar dados contidos no edital item 4.2

O anexo da Proposta deverá ser solicitado ao pregoeiro via e-mail e entregue em formato digital, visando agilizar o processamento das propostas.

E entrega da proposta em formato digital não exige a apresentação da mesma impressa.

...../....., de..... de 2017.

Razão Social da Empresa
CNPJ
Representante Legal



Estado do Rio Grande do Norte
Prefeitura Municipal de Riacho da Cruz

ANEXO III - CREDENCIAMENTO ESPECÍFICO

PREGÃO PRESENCIAL / REGISTRO DE PREÇOS Nº 037/2017 – PP

Processo Administrativo nº: 24070002/2017

Modalidade: Pregão Presencial/Registro de Preços

Tipo: Menor Preço Item

Objeto: Registro de Preços para possível contratação de empresa e/ou pessoa física para fornecimento de refeições prontas.

Pelo presente a empresa....., devidamente inscrita no CNPJ/MF sob nº, neste ato representada pelo Sr....., outorga ao Sr....., C.P.F. nº..... amplos poderes para representá-la junto a Prefeitura Municipal de Riacho da Cruz – RN no processo licitatório acima identificado, inclusive para interpor ou desistir de recursos, receber citações intimações, responder administrativamente e judicialmente por seus atos, formular ofertas e lances de preços enfim, praticar todos os atos pertinentes ao certame, em nome do proponente.

..... /, de de 2017.

Representante Legal



**Estado do Rio Grande do Norte
Prefeitura Municipal de Riacho da Cruz**

ANEXO IV

Declaração de Inexistência de Fato Superveniente Impeditivo à Habilitação

PREGÃO PRESENCIAL / REGISTRO DE PREÇOS Nº 037/2017 – PP

Processo Administrativo nº: 24070002/2017

Modalidade: Pregão Presencial/Registro de Preços

Tipo: Menor Preço Item

Objeto: Registro de Preços para possível contratação de empresa e/ou pessoa física para fornecimento de refeições prontas.

Declaramos para os devidos fins de direito, na qualidade de Proponente do procedimento licitatório, sob a modalidade PREGÃO/REGISTRO DE PREÇOS PRESENCIAL nº. ____/2017, instaurado por esta Prefeitura, que não fomos declarados inidôneos para licitar ou contratar com o Poder Público, em qualquer de suas esferas.

Por ser expressão de verdade, firmamos o presente.

_____, em ____ de _____ de 2017

(nome e assinatura do responsável legal da empresa proponente)



Estado do Rio Grande do Norte
Prefeitura Municipal de Riacho da Cruz

ANEXO V

DECLARAÇÃO DE QUE NÃO EMPREGA MENOR

PREGÃO PRESENCIAL / REGISTRO DE PREÇOS Nº 037/2017 – PP

Processo Administrativo nº: 24070002/2017

Modalidade: Pregão Presencial/Registro de Preços

Tipo: Menor Preço Item

Objeto: Registro de Preços para possível contratação de empresa e/ou pessoa física para fornecimento de refeições prontas.

A empresa _____ com sede na Rua _____, cidade de _____, CPNJ n.º _____, neste ato representada pelo Sr. _____, **DECLARA** que:

- Assume inteira responsabilidade pela veracidade dos documentos apresentados.
- Se sujeita a todas as exigências, especificações e termos estabelecidos neste **Pregão/Registro de Preços Presencial** e seus **anexos**, bem como, sob as penas cabíveis, declara que:
- Cumpre o disposto no inciso XXXIII do artigo 7º d a Constituição Federal, relativamente ao trabalho do menor.

_____, em ____ de _____ de 2017.

(nome e assinatura do responsável legal da empresa proponente)



**Estado do Rio Grande do Norte
Prefeitura Municipal de Riacho da Cruz**

ANEXO VI

DECLARAÇÃO DE ENQUADRAMENTO ME OU EPP

PREGÃO PRESENCIAL / REGISTRO DE PREÇOS Nº 037/2017 – PP

Processo Administrativo nº: 24070002/2017

Modalidade: Pregão Presencial/Registro de Preços

Tipo: Menor Preço Item

Objeto: Registro de Preços para possível contratação de empresa e/ou pessoa física para fornecimento de refeições prontas.

DECLARO para os devidos fins e sob as penalidades da Lei, que a empresa: _____, inscrita no CNPJ sob nº _____, está enquadrada como _____ (Microempresa/EPP), e cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, e está apta a usufruir do tratamento favorecido estabelecido nos artigos 42 ao 49 da referida Lei. Outrossim declaro que não existe qualquer impedimento entre os previstos nos incisos do § 4º do artigo 3º da Lei Complementar nº 123/2006.

...../.....de.....de 2017.

Representante Legal

(Este anexo deverá ser apresentado fora dos envelopes, por ocasião do Credenciamento)



**Estado do Rio Grande do Norte
Prefeitura Municipal de Riacho da Cruz**

ANEXO VII - MINUTA DO FUTURO CONTRATO

PREGÃO PRESENCIAL / REGISTRO DE PREÇOS Nº 037/2017 – PP

Processo Administrativo nº: 24070002/2017

Modalidade: Pregão Presencial/Registro de Preços

Tipo: Menor Preço Item

Objeto: Registro de Preços para possível contratação de empresa e/ou pessoa física para fornecimento de refeições prontas.

Esta peça poderá ser substituída a qualquer momento por documentos hábeis previstos no Artigo nº 62 da Lei Federal nº. 8.666/1993.

MINUTA DO CONTRATO

O(A), neste ato denominado CONTRATANTE, com sede na, inscrito no CNPJ (MF) sob o nº, representado pelo(a) Sr.(a) e, de outro lado a firma, inscrita no CNPJ (MF) sob o nº, estabelecida doravante denominada simplesmente CONTRATADA, neste ato representada pelo Sr.(a), portador da Cédula de Identidade nº _____ SSP/___ e CPF (MF) nº, têm entre si justo e avençado, e celebram o presente Instrumento, do qual são partes integrantes o Edital do Pregão nº _____ e a proposta apresentada pela CONTRATADA, sujeitando-se CONTRATANTE e CONTRATADA às normas disciplinares da Lei nº 10.520/02 e da Lei nº 8.666/93, mediante as cláusulas que se seguem:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

1. O presente Contrato tem como objeto: **Contratação de empresa e/ou pessoa física para fornecimento de refeições prontas.**

CLÁUSULA SEGUNDA - DO VALOR DO CONTRATO

1. O valor deste contrato, de R\$......(.....).

2. Os quantitativos indicados na Planilha de Formação de Preços constante da proposta apresentada pela CONTRATADA no Pregão _____ e na Cláusula Primeira deste instrumento são meramente estimativos, não acarretando à Administração do CONTRATANTE qualquer obrigação quanto a sua execução ou pagamento.

CLÁUSULA TERCEIRA - DO AMPARO LEGAL

1. A lavratura do presente Contrato decorre da realização do Pregão nº _____, realizado com fundamento na Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002, na Lei nº 8.666/93e nas demais normas vigentes.

CLÁUSULA QUARTA - DA EXECUÇÃO DO CONTRATO

1. A execução deste Contrato, bem como os casos nele omissos regular-se-ão pelas cláusulas contratuais e pelos preceitos de direito público, aplicando-se-lhes, supletivamente, os princípios da Teoria Geral dos Contratos e as



Estado do Rio Grande do Norte
Prefeitura Municipal de Riacho da Cruz

disposições de direito privado, na forma do artigo 54, da Lei nº 8.666/93 combinado com o inciso XII do artigo 55 do mesmo diploma legal.

CLÁUSULA QUINTA - DA VIGÊNCIA E DA EFICÁCIA

1. O prazo de vigência deste Contrato será de 11 (onze) meses, com validade e eficácia legal após a publicação do seu extrato, tendo início e vencimento em dia de expediente, devendo-se excluir o primeiro e incluir o último.

CLÁUSULA SEXTA - DOS ENCARGOS DO CONTRATANTE

1. Caberá ao CONTRATANTE:

1.1 - permitir acesso dos empregados da CONTRATADA às dependências do CONTRATANTE para a entrega dos produtos;

1.2 - impedir que terceiros forneçam os produtos objeto deste Contrato;

1.3 - prestar as informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitados pelos empregados da CONTRATADA;

1.4 - devolver os produtos que não apresentarem condições de serem consumidos;

1.5 - solicitar a troca dos produtos devolvidos mediante comunicação a ser feita pelo Serviço de Almoxarifado;

1.6 - solicitar, por intermédio de Autorização da prestação dos serviços expedida pelo Serviço de Almoxarifado, a prestação de serviços objeto deste Contrato;

1.7 - comunicar à CONTRATADA, qualquer irregularidade da prestação dos serviços e interromper imediatamente, se for o caso.

CLÁUSULA SÉTIMA - DOS ENCARGOS DA CONTRATADA

1. Caberá à CONTRATADA:

1.1 - responder, em relação aos seus empregados, por todas as despesas decorrentes dos serviços, tais como:

- a) salários;
- b) seguros de acidentes;
- c) taxas, impostos e contribuições;
- d) indenizações;
- e) vales-refeição;
- f) vales-transporte; e
- g) outras que porventura venham a ser criadas e exigidas pelo Governo.

1.2 - manter os seus empregados sujeitos às normas disciplinares do CONTRATANTE, porém sem qualquer vínculo empregatício com o órgão;

1.3 - manter, ainda, os seus empregados identificados por crachá, quando em trabalho, devendo substituir imediatamente qualquer um deles que seja considerado inconveniente à boa ordem e às normas disciplinares do CONTRATANTE;



Estado do Rio Grande do Norte
Prefeitura Municipal de Riacho da Cruz

1.4 - respeitar as normas e procedimentos de controle e acesso às dependências do CONTRATANTE;

1.5 - responder pelos danos causados diretamente à Administração do CONTRATANTE ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo, durante a prestação dos serviços, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento pelo CONTRATANTE;

1.6 - responder, ainda, por quaisquer danos causados diretamente a bens de propriedade do CONTRATANTE, quando esses tenham sido ocasionados por seus empregados durante a prestação dos serviços;

1.7 - efetuar a entrega do produto objeto da Autorização da prestação dos serviços, de acordo com a necessidade e o interesse do CONTRATANTE, no prazo de 03 (três) dias úteis após o recebimento da Autorização da prestação dos serviços expedida pelo do Serviço de Almoxarifado;

1.8 - efetuar a troca dos produtos considerados sem condições de consumo, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, contadas do recebimento da comunicação expedida pelo Serviço de Almoxarifado;

1.9 - comunicar ao Serviço do CONTRATANTE, por escrito, qualquer anormalidade de caráter urgente e prestar os esclarecimentos que julgar necessário; e

1.10 - a obrigação de manter-se, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas no Pregão nº _____.

CLÁUSULA OITAVA - DAS OBRIGAÇÕES SOCIAIS, COMERCIAIS E FISCAIS

1. À CONTRATADA caberá, ainda:

1.1 - assumir a responsabilidade por todos os encargos previdenciários e obrigações sociais previstos na legislação social e trabalhista em vigor, obrigando-se a saldá-los na época própria, vez que os seus empregados não manterão nenhum vínculo empregatício com o CONTRATANTE;

1.2 - assumir, também, a responsabilidade por todas as providências e obrigações estabelecidas na legislação específica de acidentes de trabalho, quando, em ocorrência da espécie, forem vítimas os seus empregados quando da prestação dos serviços ou em conexão com ele, ainda que acontecido em dependência do CONTRATANTE;

1.3 - assumir todos os encargos de possível demanda trabalhista, civil ou penal, relacionadas a prestação dos serviços, originariamente ou vinculada por prevenção, conexão ou continência; e

1.4 - assumir, ainda, a responsabilidade pelos encargos fiscais e comerciais resultantes da adjudicação deste Contrato.

2. A inadimplência da CONTRATADA, com referência aos encargos estabelecidos no item anterior, não transfere a responsabilidade por seu pagamento à Administração do CONTRATANTE, nem poderá onerar o objeto deste Contrato, razão pela qual a CONTRATADA renuncia expressamente a qualquer vínculo de solidariedade, ativa ou passiva, para com o CONTRATANTE.

CLÁUSULA NONA - DAS OBRIGAÇÕES GERAIS

1. Deverá a CONTRATADA observar, também, o seguinte:



Estado do Rio Grande do Norte
Prefeitura Municipal de Riacho da Cruz

6. Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a CONTRATADA não tenha concorrido de alguma forma para tanto, fica convencionado que a taxa de compensação financeira devida pelo CONTRATANTE, entre a data acima referida e a correspondente ao efetivo pagamento da parcela, ser a seguinte:

$$EM = I \times N \times VP$$

Onde:

EM = Encargos Moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela a ser paga.

I = Índice de compensação financeira = 0,0001644, assim apurado:

$$I = (TX)$$

$$I = \frac{365}{6/100} \\ \frac{365}{365}$$

$$I = 0,0001644$$

TX = Percentual da taxa anual = 6%.

6.1 - A compensação financeira prevista nesta condição será incluída em fatura a ser apresentada posteriormente.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DA ALTERAÇÃO DO CONTRATO

1. Este Contrato poderá ser alterado nos casos previstos no art. 65 da Lei 8.666/93, desde que haja interesse da Administração do CONTRATANTE, com a apresentação das devidas justificativas.
2. O contrato pode ser prorrogado de acordo com a Lei 8.666/93, art. 57m inciso II.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DO AUMENTO OU SUPRESSÃO

1. No interesse da Administração do CONTRATANTE, o valor inicial atualizado deste Contrato poderá ser aumentado ou suprimido até o limite de 25% (vinte e cinco por cento), conforme disposto no artigo 65, parágrafos 1º e 2º, da Lei nº 8.666/93.
2. A CONTRATADA fica obrigada a aceitar nas mesmas condições licitadas os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite ora previsto, calculado sobre o valor a ser contratado.
3. Nenhum acréscimo ou supressão poderá exceder o limite estabelecido nesta cláusula, salvo as supressões resultante de acordo celebrado entre as partes contratantes.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - DAS PENALIDADES

1. Pela inexecução total ou parcial deste Contrato, ou pelo descumprimento dos prazos e demais obrigações assumidas, a Administração do CONTRATANTE poderá, garantida a prévia defesa, aplicar à CONTRATADA as seguintes sanções:



Estado do Rio Grande do Norte
Prefeitura Municipal de Riacho da Cruz

1.1 - advertência;

1.2 - multa de 10% (dez por cento) sobre o valor total deste Contrato, no caso de inexecução total, recolhida no prazo de 15 (quinze) dias corridos, contado da comunicação oficial;

1.3 - multa de 0,5% (cinco décimos por cento) por dia de atraso e por ocorrência, até o máximo de 10% (dez por cento) sobre o valor total deste Contrato, quando a CONTRATADA, injustificadamente ou por motivo não aceito pelo CONTRATANTE, deixar de atender totalmente à solicitação ou à Autorização da prestação dos serviços previstas nos subitens 1.7 e 1.8 da Cláusula Sétima deste Contrato, recolhida no prazo máximo de 15 (quinze) dias, contado da comunicação oficial;

1.4 - multa de 0,3% (três décimos por cento) por dia de atraso e por ocorrência, até o máximo de 10% (dez por cento) sobre o valor total deste Contrato, quando a CONTRATADA, injustificadamente ou por motivo não aceito pelo CONTRATANTE, atender parcialmente à solicitação ou à Autorização da prestação dos serviços previstas nos subitens 1.7 e 1.8 da Cláusula Sétima deste Contrato, recolhida no prazo máximo de 15 (quinze) dias, contado da comunicação oficial;

1.5 - suspensão temporária de participar em licitação e impedimento de contratar com a Administração do do(a), por até 2 (dois) anos.

2. Ficar impedida de licitar e de contratar com a Administração Pública, pelo prazo de até 5 (cinco) anos, garantido o direito prévio da citação e da ampla defesa, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, a CONTRATADA que:

- 2.1 - ensejar o retardamento da execução do objeto deste Contrato;
- 2.2 - não mantiver a proposta, injustificadamente;
- 2.3 - comportar-se de modo inidôneo;
- 2.4 - fizer declaração falsa;
- 2.5 - cometer fraude fiscal;
- 2.6 - falhar ou fraudar na execução do Contrato;
- 2.7- não celebrar o contrato;
- 2.8- deixar de entregar documentação exigida no certame;
- 2.9- apresentar documentação falsa.

3. Além das penalidades citadas, a CONTRATADA ficará sujeita, ainda, ao cancelamento de sua inscrição no Cadastro de Fornecedores do CONTRATANTE e, no que couber, às demais penalidades referidas no Capítulo IV da Lei n.º 8.666/93.

4. Comprovado impedimento ou reconhecida força maior, devidamente justificado e aceito pela Administração do CONTRATANTE, em relação a um dos eventos arrolados no item 02 desta Cláusula, a CONTRATADA ficará isenta das penalidades mencionadas.

5. As sanções de advertência e de impedimento de licitar e contratar com a Administração do CONTRATANTE, poderão ser aplicadas à CONTRATADA juntamente com a de multa, descontando-a dos pagamentos a serem efetuados.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA - DA RESCISÃO

1. A inexecução total ou parcial do Contrato enseja a sua rescisão, conforme disposto nos artigos 77 a 80 da Lei nº 8.666/93.



**Estado do Rio Grande do Norte
Prefeitura Municipal de Riacho da Cruz**

2. A rescisão do Contrato poderá ser:

2.1 - determinada por ato unilateral e escrito da Administração do CONTRATANTE, nos casos enumerados nos incisos I a XII e XVII do artigo 78 da Lei mencionada, notificando-se a CONTRATADA com a antecedência mínima de 30 (trinta) dias;

2.2 - amigável, por acordo entre as partes, reduzida a termo no processo da licitação, desde que haja conveniência para a Administração do CONTRATANTE;

2.3 - judicial, nos termos da legislação vigente sobre a matéria.

3. A rescisão administrativa ou amigável deverá ser precedida de autorização escrita e fundamentada da autoridade competente.

3.1 - Os casos de rescisão contratual serão formalmente motivados nos autos do processo, assegurado o contraditório e a ampla defesa.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA - DA VINCULAÇÃO AO EDITAL E À PROPOSTA DA CONTRATADA

1. Este Contrato fica vinculado aos termos do Pregão nº _____, cuja realização decorre da autorização do Sr(a). _____, e da proposta da CONTRATADA.

CLÁUSULA DÉCIMA NONA - DO FORO

1. As questões decorrentes da execução deste Instrumento, que não possam ser dirimidas administrativamente, serão processadas e julgadas no Foro da comarca de Portalegre, com exclusão de qualquer outro por mais privilegiado que seja.

_____, em ____ de _____ de ____.

CONTRATANTE

CONTRATADA

TESTEMUNHAS:

1. _____

2. _____



Estado do Rio Grande do Norte
Prefeitura Municipal de Riacho da Cruz

ANEXO VIII

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

PREGÃO PRESENCIAL / REGISTRO DE PREÇOS Nº 037/2017 – PP

Processo Administrativo nº: 24070002/2017

Modalidade: Pregão Presencial/Registro de Preços

Tipo: Menor Preço Item

Objeto: Registro de Preços para possível contratação de empresa e/ou pessoa física para fornecimento de refeições prontas.

Ata de Registro de Preços

Aos xx dias do mês de xxxxx do ano de 2017, no Município de Riacho da Cruz/RN, Estado do Rio Grande do Norte, na Prefeitura Municipal, sito à Avenida Camila de Lélis, 285 – Centro – Riacho da Cruz, reuniram-se a Comissão Permanente de Licitação FÁBIO MAXCIMILIANO DIÓGENES DE SOUSA, CPF xxxxxxxx-xx, e a Prefeita Municipal MARIA BERNADETE NUNES RÊGO GOMES, CPF xxxxxxxx, representantes do Município de Riacho da Cruz, como contratante e a empresa CNPJ. Nº. xxxxxxxx - xxxxxxxx, com sede à Rua xxxxxxxxxx, neste ato representada pelo Sr. xxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxx, CPF xxxxxxxxxxxx-xx, como contratada, para proceder, nos termos do Decreto Municipal nº 269/2010 e do Edital de Pregão nº 037/2017 – PP, ao Registro de Preços conforme (Anexo I), referentes aos itens abaixo discriminados, com seus respectivos preços unitários, em nome da empresa acima citada.

Item	Unid. Medida Material/Serviço	VI. unit.

- Fica estabelecido pelas partes que os preços constantes da presente ata, portanto registrados, são válidos pelo prazo de 12 (doze) meses, contados da data de publicação da Ata.
- Os direitos e deveres da Contratada e do Contratante, as disposições gerais, assim como as penalidades estabelecidas estão indicadas no Edital de Pregão nº xxx/2017 – PP e seus Anexos.
- Nada mais havendo, encerra-se a presente ata que, após lida e aprovada, segue assinada pelas partes contratantes.

Riacho da Cruz/RN, xxx de xxxxx de 2017.

Fábio Maxcimiliano Diógenes de Sousa
Comissão Permanente de Licitação

Maria Bernadete Nunes Rêgo Gomes
Prefeita Municipal

XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX

XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX



Estado do Rio Grande do Norte
Prefeitura Municipal de Riacho da Cruz

Empresa Detentora da Ata

Empresa Detentora da Ata

Testemunhas:

01 - _____ CPF _____

02 - _____ CPF _____

27